

10.01.2019 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, João Sobrinho Teixeira

Recebido por: Deputadas Maria Manuela Tender (PSD), Coordenadora, Nilza de Sena (PSD), Álvaro Batista (PSD), Sandra Pontedeira (PS), Jorge Falcato (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP)

Assunto: inclusão das pessoas com deficiência nos sistemas de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Diagnóstico e Ação

A Senhora Deputada Manuela Tender (PSD), que presidiu à reunião, na qualidade de Coordenadora do [Grupo de Trabalho da Educação Especial](#), cumprimentou o Senhor Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, João Sobrinho Teixeira, e apresentou os membros do grupo de trabalho. Após umas breves palavras acerca do objeto da reunião, foi dada a palavra ao Senhor Secretário de Estado para fazer a intervenção inicial.

O Senhor Secretário de Estado começou por referir, em síntese, que é efetivamente através da qualificação que se permite aumentar o conhecimento e, assim, a capacidade de inclusão. Dar a todos novas perspetivas – disse - é não apenas uma obrigação do Governo mas de toda a sociedade.

De Seguida, explicou a criação do grupo de trabalho que elaborou o documento com um diagnóstico e um conjunto de recomendações. Fez igualmente referência às recomendações feitas pela Assembleia da República quanto a esta matéria.

Relativamente ao Plano de Ação, explicou que houve um conjunto de medidas, salientando a extensão do contingente especial para candidatos com deficiência, que se traduziu num aumento substancial de candidatos ao Ensino Superior. Deixou alguns números acerca do presente ano letivo e da evolução positiva que se verificou.

Também abordou a questão da regulamentação do regime de tempo parcial, que deve estar adaptado a este tipo de alunos.

Outra questão afluída foi a implementação da atribuição de Bolsas de Estudo correspondente ao valor da propina efetivamente paga. Considerou esta medida inclusiva e justa, que incentiva a frequência no Ensino Superior (ES). Aos alunos com capacidade igual ou aumento de 60%, foi atribuída uma bolsa que permite pagar as propinas do curso (atribuídas 642 bolsas no último ano).

Quanto à divulgação (acesso à informação), foi referida a criação do Balcão InCLUES (alojado no site da DGES) e os processos de partilha de informação com as Instituições do Ensino Superior (IES), nomeadamente sobre o número de candidatos, permitindo que estas instituições se possam melhor preparar para acolher estes estudantes.

O Senhor Secretário de Estado salientou também a realização de um inquérito a todas as IES sobre os apoios disponibilizados aos estudantes com necessidades educativas especiais. Referiu, por exemplo, haver 1644 alunos com necessidades educativas especiais inscritas em IES.

Após a intervenção do Senhor Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, interveio a Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD), que começou por saudar a apresentação deste plano de ação, nomeadamente por permitir traçar o mapa do muito que ainda há a fazer nesta área.

A Senhora Deputada do PSD deixou também algumas dúvidas, nomeadamente qual a razão de, perante um aumento de alunos com necessidades educativas especiais em IES, como é que há uma quebra do número de bolseiros? Por outro lado, qual a estratégia do Governo para garantir o alargamento dos serviços de apoio a estes estudantes? Também referiu a urgência de criar um plano urgente para corrigir os problemas ao nível das condições físicas de acessibilidade dos edifícios. Finalmente, também mostrou surpresa por não haver avanços na área da inclusão digital. Finalmente, tendo em conta que, em novembro de 2017, houve um relatório com recomendações nesta área, perguntou: o que foi feito desde então?

A Senhora Deputada Sandra Pontedeira interveio pela parte do PS, tendo referido que o documento em análise mostrou um novo olhar sobre a inclusão no Ensino Superior Público. Com a criação deste grupo de trabalho e este diagnóstico passou a existir muito mais informação. Considerou existir agora mais diálogo e partilha, o que permitirá mais medidas e ação, com vista a maior inclusão e menos abandono escolar.

Deixou uma questão: quais as ações em concreto mais difíceis de implementar junto das instituições e quais os motivos? De que forma a AR pode ajudar?

Da parte do BE, interveio do Senhor Deputado Jorge Falcato, que considerou que o grupo de trabalho elaborou um documento exaustivo. Considerou, porém, que este é muito vago, sem identificar prazos, custos, etc. Gostaria que o que está identificado como necessidade também identificasse a forma como será cumprido.

Quanto aos números, considera que estes (que dizem que 50% das IES têm serviços de apoio) não reflete a realidade, que é muito diferente. E ilustra as considerações feitas com exemplo de um estudante que desistiu de ir para a UBI por esta não ter condições, nomeadamente para ir à casa de banho. Explica que isto não pode ser a família a assegurar, como, infelizmente, acontece em muitos casos.

Sobre as bolsas de estudo para pagamento das propinas, o Senhor Deputado do BE perguntou qual a razão de se ter estabelecido (no OE) um teto para as bolsas (teto de propina de licenciatura). Qual a poupança que isto significa? Se os estudantes forem para o mestrado ou doutoramento, deixa de ser total o financiamento, asseverou.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) chamou a atenção para dois números, que refletem áreas de preocupação (acesso e sucesso). Quanto ao acesso, cujos números mostram uma duplicação dos alunos, tendo passado para 231, realçou ser ainda um valor muito baixo. Referiu também os dados sobre as desistências, deixando a pergunta de quais os motivos para isso acontecer, para perceber como atuar preventivamente.

Identificou ainda necessidades de investimento quer ao nível do edificado do Ensino Superior, em muitos casos sem intervenção há muitos anos, quer quanto às barreiras pedagógicas, aludindo ao facto de o relatório dizer que apenas 20 por cento das instituições faz acompanhamento pedagógico. A preocupação que manifestou foi relativa ao facto de haver legislação e meios no ensino não superior que sofrem descontinuidade no acesso e permanência no ensino superior, para os mesmos alunos. Perguntou, então, como pode ser incentivada essa “passagem de pasta” entre níveis de ensino e trabalhado o apoio pedagógico.

A seguir, interveio a Deputada Diana Ferreira (PCP), que começou por assinalar que só metade das IES responderam do inquérito, significando isto que existem metade dos estabelecimentos sobre os quais se desconhece o retrato. Quanto aos 50% que dispõem de serviços de apoio, é importante saber se estes serviços são continuados, de forma a permitir que estes jovens permaneçam no ensino superior.

Também quanto às acessibilidades, foi referido que não são só as instituições de ensino superior que têm estes problemas. Muitas entidades públicas têm barreiras e obstáculos para estas pessoas. Lembrou que Portugal tem legislação sobre esta questão há mais de 30 anos mas muito do que foi feito não respeita as regras, havendo ainda muito a corrigir.

Por fim, tendo em conta as recomendações que foram feitas (em novembro de 2017) pelo Grupo de Trabalho para as Necessidades Especiais na Ciência e na Tecnologia, que suscitou algumas recomendações, perguntou: quais é que mereceram acolhimento e em que prazos?

O Senhor Secretário de Estado tomou de novo a palavra para poder responder aos grupos parlamentares.

Quanto ao complemento, referiu que o número de alunos envolvidos é pequeno. São alunos que são beneficiários da ação social (cerca de 300), que se destina a apoiar necessidades específicas. É verdade que alguns alunos precisam num momento e não precisam noutra. Contudo, a principal razão para o baixo número será a falta de conhecimento e divulgação deste apoio.

Quanto aos serviços de apoio, referiu que muito está do lado das IES. Muitas destas instituições não estavam sensibilizadas para estas questões. É preciso dinheiro mas também sensibilizar estas instituições, que até há pouco tempo não tinham informação, como sobre que tipologia de alunos iam acolher, etc.

Sobre as condições físicas para acessibilidade, sublinhou a importância de fazer investimentos no património das IES. E chamou a atenção para o Programa nacional de alojamento, no âmbito do qual esta questão foi colocada de forma crucial.

Notou que este não é só trabalho do ministério. Também do Instituto Nacional de Reabilitação.

Referiu ainda que já se identificaram necessidades e que o próximo passo é estabelecer prazos. Sublinhou, porém, que uma das maiores dificuldades é que não é o Governo sozinho que tem capacidade para resolver os problemas, sendo necessário persuadir as IES.

Quanto à questão de apenas metade das IES ter respondido ao inquérito, o membro do Governo destacou que as instituições de maior dimensão responderam todas. Das que não reponderam, muitas são de pequena dimensão, do setor privado.

A Senhora coordenadora do Grupo de Trabalho para o Ensino Especial deu por encerrada a reunião.

A Audição foi gravada e encontra-se disponível na [página do Grupo de Trabalho da Educação Especial](#), no site da Assembleia da República.



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

O Assessor
Tiago Tibúrcio